



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO	-9.FEV.1980	TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Operação desestabilizadora

Foi uma semana sombria para o Povo português. Começou com a gasolina, o gasóleo e o gás mais caros e acabou com o novo cabaz de compras. A electricidade, de acordo com as novas tarifas (uma subida de 27 por cento), torna-se um artigo de luxo.

O aumento brutal do preço de serviços essenciais e de géneros de primeira necessidade confirma aquilo que as forças democráticas haviam previsto com larga antecedência. O Governo PPD-CDS arquivou já as suas promessas eleitorais. A sua tão trombeteada política de austeridade é, na prática, uma política que escancara as portas à carestia.

Os verdadeiros objectivos da direita tornam-se cada vez mais claros. Os factos confirmam que o Governo PPD-CDS manobra para liquidar as conquistas da Revolução, restaurar o poder económico e político do grande capital e dos latifundiários, subverter o regime democrático para, a curto ou médio prazo, instaurar uma nova ditadura.

O Governo começa, porém, a cometer erros importantes no desenvolvimento do seu próprio esquema subversivo. Ataca simultaneamente em demasiadas frentes. Quer destruir tudo ao mesmo tempo. Avança para o pote de água com uma sede excessiva que o torna mais vulnerável. Abriu a ofensiva com a cruzada anti-soviética na frente da política externa. Depois investiu contra a Reforma Agrária, a Cultura e a Comunicação Social, aumentou os preços e procurou confrontos com outros órgãos de soberania. Em poucas semanas conseguiu aparecer ao País como o Governo mais incompetente e irresponsável de todos quantos se formaram desde o 25 de Abril. Um escândalo diplomático com características inéditas — o caso da carta-mensagem de Carter congelada e violada no Ministério dos Negócios Estrangeiros — retrata bem nestes dias a equipa Sá Carneiro. O ministro Freitas do Amaral, entretanto, cala-se na esperança ilusória de que o seu silêncio ajudará a secar a lama.

Numa atmosfera que já lhe era inteiramente desfavorável o Governo intensificou a grande **operação desestabilizadora** ao transformar em questão de fundo a ratificação, suspensão e alteração profunda de diplomas do V Governo Constitucional relativos ao Congresso das Comunidades e às comemorações do Dia de Portugal e do IV Centenário de Camões. O que se passou anteontem na Assembleia da República iluminou bem a tática da direita. O Governo, como sublinhou o deputado Carlos Brito, pretende «suscitar conflitos entre órgãos de soberania». O líder do grupo parlamentar comunista, ao analisar a atitude do Governo e da maioria que o sustenta na AR, desceu à raiz do boicote oficial ao Congresso das Comunidades e às comemorações do 10 de Junho e do centenário de Camões. «O Governo — disse — comporta-se como um Governo fora do regime, como um grupo de agitadores políticos em sublevação contra o regime, como um contragoverno».

As duras expressões usadas por Carlos Brito, um parlamentar que mede sempre o peso das palavras, reflectem a gravidade da situação criada pela política aventureira da equipa chefiada pelo sr. Sá Carneiro. Carlos Brito não exagerou ao afirmar que o Governo se coloca «abertamente no campo da ilegalidade e do abuso do Poder».

Fiel à sua vocação antidemocrática, o Primeiro-Ministro começa a comportar-se como se estivesse na pista de um circo com o chicote na mão. Avalia mal a relação de forças real.

Do rumo que o Governo PPD-CDS leva é significativo o apoio que lhe traz o sr. Kaúlza de Arriaga. Perante a ofensiva global da Aliança Reaccionária contra as conquistas de Abril e o regime democrático, o dirigente máximo do MIRN oferece, os seus serviços, numa longa entrevista ao «Tempo». Recorda que os votos da sua gente foram para o PPD-CDS, mas não deixa de sublinhar que a direita, apesar da maioria de mandatos, obteve menos 300 000 votos do que as forças que a combatem. Falando uma linguagem de recorte fascista, salgada com referências ao «despertar do Ocidente», o sr. Kaúlza de Arriaga ataca de frente um problema inseparável do desenvolvimento do plano subversivo da coligação PPD-CDS: o referendo. Sublinha que sem referendo a futura revisão da Constituição não terá **interesse**. E não acredita que, dentro do respeito das instituições, a revisão da Lei Fundamental possa responder minimamente aos fins da direita. Por um lado, o bloco PPD-CDS não tem condições para alcançar na AR a maioria de dois terços; por outro, as disposições que garantem as conquistas da Revolução (nacionalizações, Reforma Agrária, controlo de gestão) não são susceptíveis de revisão. O sr. Kaúlza de Arriaga aponta o caminho: levar adiante o referendo, passando por cima da Constituição da República.

É a voz de um ultra do fascismo a incentivar um governo e uma maioria lançados no abuso do Poder a levar mais longe aquilo a que Carlos Brito chamou, com justeza, «a sublevação contra o regime».

O Povo português, o movimento popular, as forças que estão com a legalidade e a Constituição saberão derrotar o esquema subversivo em curso.